A SANTA SÉ E O ESTADO BRASILEIRO

LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA

A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. ISBN 978-85-814-8960-5, 388p.

A autora é professora de História no Centro Universitário Barão de Mauá, SP, e a obra resenhada é parte de sua pesquisa de doutorado. O título despertou muito interesse, mas não se sabia quão vasto era o horizonte que se estava a descortinar.

Sua fonte de pesquisa é, essencialmente, a documentação do arquivo eclesiástico depositada no arquivo secreto do Vaticano. Sua pesquisa compreende um “arco de tempo que se estende dos anos de 1850 a 1970” (p. 9). Justamente o período de estruturação do catolicismo brasileiro sob o viés do processo que academicamente ficou conhecido como romanização (p. 17), se estendendo às lutas para impedir a entrada oficial dos ideais comunistas no Estado Brasileiro.

Pedagogicamente, a autora conduz o leitor a entender o processo de institucionalização estatal da Igreja Católica, para depois mostrar a amplitude de sua ação diplomática internacional. Divide a jovem história republicana e sua relação com a Igreja católica em capítulos, que compreendem

períodos de governos políticos, e de bispos brasileiros, no comando das dioceses. É dada mais relevância aos bispos que ocupam as grandes sedes episcopais, e, ainda nessa categoria, se sobressai o bispo da capital do país no início do século XX, Rio de Janeiro. Mas antes de se debruçar sobre os pormenores da história, ela quer mostrar que a atuação de Roma no Brasil faz parte de uma estrutura maior e mais consolidada, de sua ação: “as relações internacionais da Igreja são mais importantes para Roma do que as querelas sobre os regimes estabelecidos nos países, desde que não comprometessem a integridade da instituição e das práticas religiosas” (p. 15).

A obra está dividida em cinco capítulos, que seriam como cinco etapas da história brasileira, ainda que em algum capítulo a autora englobe um período mais vasto, corroborado por alguns governos longevos, como por exemplo, do presidente Vargas.

No primeiro capítulo, demonstra-se como a Santa Sé se consolidou como um ente, com personalidade jurídica internacional

reconhecida, antes do fim dos Estados Pontifícios, possibilitando assim negociar com outros Estados, com identidade análoga, ainda que o aspecto religioso da Santa Sé pudesse criar alguns obstáculos. O instrumento jurídico característico das relações com os Estados é a concordata e os seus correlatos: tratados, acordos e convenções. Em seguida, são analisados os meandros político-jurídicos nos anos que antecedem a proclamação da República, os dias da implantação do governo provisório e as cláusulas da e na constituição republicana, na qual se consolida a separação da Igreja Católica e o Estado Brasileiro. Roma acompanhou muito de perto todo esse processo, pois entendia que o resultado do que acontecesse no Brasil poderia influenciar outras nações da América Latina, que também passavam por processos de republicanização dos regimes de governos. O grande nome do episcopado brasileiro desse período foi Dom Antonio de Macedo Costa, então bispo do Pará. Em Roma, acompanhavam as negociações o Papa Leão XIII e o seu secretário de Estado, o cardeal Mariano Rampolla del Tindaro, de alma conciliatória, que desde o primeiro momento queria assinar uma concordata entre o governo republicano e a Santa Sé.

O capítulo segundo concentra seu interesse nas primeiras décadas do século XX, com intensa atuação

de Roma na vida da política e da Igreja no Brasil. “Um passo importante nesse sentido foi a elevação da Internunciatura no Brasil à Nunciatura Apostólica, em 1901, quando foi nomeado Giulio Tonti como primeiro Núncio” (p. 107). Em Roma, na secretaria de Estado, foram nomeados dois eclesiásticos que farão história nas décadas seguintes: Pietro Gaspar e Eugênio Pacelli (p. 108). No pontificado de Bento XV (1914-1922), houve um fortalecimento da Nunciatura com centro de difusão do poder papal no Brasil. “Essa ação visava tornar o Núncio forte o suficiente para negociar em nome da Santa Sé com o Governo Brasileiro e com a hierarquia eclesiástica local, com o intuito de torná-lo apto a engendrar as condições necessárias para a Igreja Católica tornar-se capaz de influir de maneira eficaz na política nacional” (p. 113). O Núncio da década de 1920 é Enrico Gasparri, formado na política internacional Leonina, e que veio com instruções bem claras de Roma para o catolicismo do Brasil “redobrar a atenção sobre os grupos ou ações que representavam uma ameaça para a Igreja: a falta de participação política dos católicos, a influência da maçonaria e do laicismo no Estado, as investidas dos partidos sectários entre os operários, o anticlericalismo na imprensa e os avanços do

espiritismo e do protestantismo. A vigilância constante era um imperativo” (p. 121). Mas para levar adiante tal obra, Roma e a Nunciatura precisavam de alguém que pudesse articular eficazmente as ações do episcopado, espalhado e dividido. Nesse contexto, foi nomeado o Coadjutor do Cardeal Arcoverde, arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro. A escolha recaiu sobre dom Sebastião Leme “e o seu perfil de homem de ação, associado a uma formação na disciplina tridentina perfeitamente adaptada à situação brasileira e à conformidade dos tempos” (p. 129). No entanto ele “ainda não havia se legitimado de fato com a direção hierárquica do episcopado” (p. 237), sobretudo por causa de sua pouca idade.

O capítulo terceiro se concentra em duas vertentes da ação da diplomacia da Santa Sé: na situação brasileira, ainda que o Núncio e Roma estivessem bem atentos na retaguarda; e na posição da Santa Sé no mundo pós-primeira guerra. Na década de 1920, a liderança de Dom Leme foi se solidificando e ele empreendeu um projeto de ordem cristã para o Brasil. Era preciso recristianizar as instituições em acelerado processo de secularização ou laicização. Nesse período “D. Leme associou habilmente o elemento religioso, cívico e político” (p. 138). Era preciso nessa época

“um conjunto de ações e da mobilização de recursos integrados a uma injunção de longa duração, de fortalecimento da identidade nacional brasileira associada ao catolicismo” (p. 138-139).

Ainda que a Igreja tenha por fim último a salvação, “para executar a finalidade que justifica a sua própria existência, ela precisa sobreviver institucionalmente” (p. 141). Roma continuava insistindo na assinatura de uma concordata. No entanto, o episcopado brasileiro sempre se mostrou desinteressado do projeto concordatário. Afirma a autora que “a Igreja pretendia que a religião católica fosse a própria alma do Estado, de forma que a ligação entre o poder religioso e o poder político assumisse um caráter colaborativo, com a finalidade de construção do bem comum” (p. 152).

No cenário internacional “ao final da guerra, a Santa Sé foi deixada de fora da recém-criada Liga das Nações, o que evidencia, em primeiro lugar, o fato de a Santa Sé ser o governo de um território sem soberania e portanto sem reconhecimento internacional” (p. 160). Os obstáculos serão resolvidos em 1929 com o Tratado de Latrão.

Com a eleição de Pio XI, em fevereiro de 1922, “a Igreja Católica passou a ser liderada por um Papa estudioso e experiente na política diplomática internacional, já tendo sido Visitador Apostólico, Núncio e

prefeito da Biblioteca Vaticana” (p. 161). Um de seus grandes feitos foi o Tratado de Latrão, que resolveu não só a questão com a Itália, mas colocou a Santa Sé na Liga das Nações. Sua ambição era restaurar todo o orbe cristão, implantando o “reinado de Cristo”.

Voltando-se para o cenário brasileiro, o grande embate da década de 1920 foi a tentativa de revisão da Constituição republicana, ocasião em que a Igreja vislumbrou recolocar os ideais cristãos que os positivistas e liberais não quiseram, em 1891, na letra da Constituição. Mas a vitória foi bem aquém da esperada. Uma década depois, Dom Leme conseguirá recolocar os interesses da Igreja na letra da Constituição, na reforma constitucional que Getúlio Vargas empreenderá.

O capítulo quarto analisa propriamente a década de 1930. Não só do ponto de vista brasileiro, pois nessa década uma grande quantidade de imigrantes, sobretudo os alemães, os japoneses e os italianos chegaram ao Brasil atraídos pelas facilidades diplomáticas e pelo incentivo de cultivar as terras do sul do país. Mas era preciso estar atentos à questão da assistência religiosa, num país de escasso clero. A Santa Sé queria que a Igreja Católica se recolocasse na política nacional, mas não queria seus bispos e padres envolvidos em

questões partidárias; então Roma incentivou que todas as dioceses implementassem a Ação Católica, o braço leigo da ação política da Igreja.

No enigmático ano de 1930, explodiu a revolução contra o presidente Washington Luís, cujo principal opositor era Getúlio Vargas. A mediação pacificadora do recém-criado Cardeal Sebastião Leme será o selo de recolocação da Igreja no debate político nacional. Evitando o derramamento de sangue, com um eventual assassinato do presidente, Dom Leme adquiriu, para si e para a Igreja, uma respeitabilidade difícil de ser alcançada. A Igreja se apresentou como “mediadora, pacificadora de conflitos, capaz de legitimar-se como autoridade neutra, acima dos partidos e dos conflitos políticos” (p. 214).

O quinto e último capítulo tem como tripé a Santa Sé, o Estado Brasileiro e o Comunismo. Realidades conflituosas. O comunismo tinha um projeto expansionista que causava temor na época. No Brasil, que muito se esforçava para modernizar-se, boa parte dos intelectuais via com simpatia os ideais comunistas e sua chegada ao país. A Santa Sé, por sua parte, sempre viu no comunismo um inimigo a ser combatido, e era interesse da Igreja impedir sua chegada à *terra brasilis*. Desde

meados do século XIX que a Igreja combatia os ideais liberais e a modernidade. No Brasil, a modernidade chegou junto com os ideais republicanos. Com a proclamação da República e a consequente separação da Igreja e Estado, o ambiente ficou mais favorável à expansão de novos valores na sociedade brasileira. Nesse período “a Igreja Católica considerava dois dos piores males do mundo moderno: o liberalismo e o comunismo” (p. 268), e estes precisavam ser combatidos a todo custo. Em Roma, o Papa Leão XIII publicou uma encíclica de cunho social: *Rerum Novarum*, na qual “o Papa desqualifica a proposta de uma sociedade sem classes e sem Deus, baseada na propriedade coletiva da terra, como a antítese da sociedade cristã” (p. 269).

O episcopado brasileiro sentiu-se bem amparado pelo pronunciamento do magistério, pois corroborava à sua luta de impedir a expansão dos ideais comunistas. Para se contrapor aos militantes comunistas, a Igreja Católica no Brasil investiu todas as forças na implantação de todas as facetas da Ação Católica. “Do ponto de vista religioso, a A.C. pretendia uma revitalização da vida religiosa do laicato, que deveria viver integralmente em Cristo. Quanto ao caráter reivindicatório, propunha mudanças nas normas, nas funções

e no processo de institucionalização da sociedade brasileira, principalmente exigindo que o trabalho fosse cristianizado e que o Estado assumisse a tutela da questão social, inspirado nos preceitos cristãos” (p. 277).

A Santa Sé entendia que aquele período da história do ocidente era um divisor de águas. O mundo tinha dois destinos absolutamente diferentes: Roma ou Moscou. Era preciso muito atenção ao desenrolar dos acontecimentos, mas, concomitantemente, muita ação. Era indispensável formar uma intelectualidade que fosse capaz de combater os novos inimigos, ao lado da hierarquia. “No Brasil, nesse mesmo período, D. Leme e os principais membros do episcopado e as lideranças estavam empenhados em organizar as forças católicas em torno da L.E.C., com o objetivo de conseguir a aprovação das reivindicações católicas na Constituinte, que se reuniria a partir de 15 de novembro de 1933” (p. 304).

A obra de Lilian Rosa é extremamente positiva, ainda que desconhecida no universo acadêmico, pois não só preenche muitas lacunas de nossa jovem história republicana, como esclarece alguns enigmas e desfaz calúnias já cristalizadas nos refrões que costumeiramente se ouve na universidade. Merece elogio a

ousadia da autora de empreender a pesquisa, nada mais, nada menos, que no Arquivo Secreto do Vaticano, com os obstáculos naturais que este *locus* impõe, como as línguas latim, italiano e francês. Somado aos códigos discursivos próprios do mundo eclesiástico, que não é tarefa fácil para qualquer pesquisador decifrar em primeiro contato.

A rigor, o leitor pode achar que os temas tratados na obra já tenham uma vasta produção acadêmica; no entanto, a metodologia de dividir cada assunto como um capítulo de nossa história torna-se mais esclarecedor. Estabelecer um vínculo direto entre o que aconteceu no Brasil e as diretrizes de Roma foi curioso e ainda mostrou o entrelaçar de interesses nacionais e universais, políticos e religiosos na tomada de decisão por esta instituição,

presente no Brasil desde a primeira hora: a Igreja católica.

A escrita do texto é de agradável leitura, sem aquela acidez típica de alguns acadêmicos no trato da religião no mundo laicizado, mas também sem militância. Foi deveras esclarecedor saber que Roma acompanhou muito atentamente o desenrolar da história no Brasil com o receio de que os acontecimentos daqui influenciassem outras nações na mesma direção. Mas o mais surpreendente é conhecer a agilidade da correspondência entre a Nunciatura e bispos com o Secretário de Estado do Vaticano e o próprio Papa, pois está-se habituado a falar da morosidade da instituição católica em agir diante dos acontecimentos. Essa noção deve passar por reformulação depois da leitura dessa importante obra.

José William Barbosa Costa

Especialista (2010) e Mestre em Ciências da Religião (2013) pela PUC Minas e doutorando em Ciências da Religião pela PUC Goiás

Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

País de origem: Brasil.

E-mail: vellelmussecundus@yahoo.com.br

Recebido em 02/02/2017

Aprovado em 02/02/2017